

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA: PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ASSISTÊNCIA À MULHER VÍTIMA DE OPRESSÃO

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: Christina Vilaça Brina

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

1. Ana Luiza Superbi Coelho; 2. Christina Vilaça Brina; 3. Danilo Ribeiro Peixoto; 4. Felipe Martins Pinto; 5. Joanna Paixão Pinto Rodrigues; 6. Júlia Leite Valente; 7. Laís Godoi Lopes; 8. Mariana Alves Lara; 9. Pablo Fabrício de Souza Pimenta; 10. Rafael Santos Soares; 11. Victor Matthaus Moreira Silva Cunha.

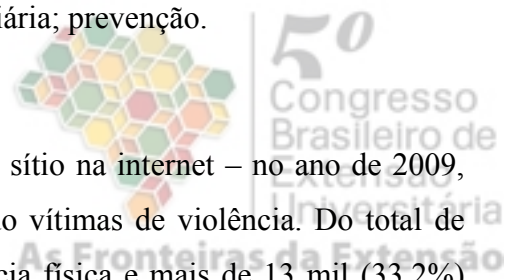
Resumo

Tendo em vista a histórica opressão vivida pelo gênero feminino e as alarmantes estatísticas de violência, a Divisão de Assistência Judiciária Prof. Paulo Edson de Sousa – DAJ, da Faculdade de Direito da UFMG, que presta serviços de assistência jurídica e judiciária à população carente, constatou a necessidade de um projeto voltado às demandas das mulheres. O projeto “Prevenção da violência de gênero e assistência à mulher vítima de opressão”, atuando de forma interdisciplinar e integrando ensino, pesquisa e extensão, busca a plena assistência à mulher vítima de violência e sua conscientização sobre as formas de efetivação de seus direitos fundamentais. A metodologia consiste na realização de atendimento individualizado e acompanhamento de casos, além da realização de palestras e eventos em comunidades para que o tema seja discutido abertamente no meio social. Espera-se, como resultado, garantir uma melhora na assistência prestada pela DAJ para assegurar a integridade física e psíquica das vítimas de violência, além de contribuir para uma mudança de mentalidade no enfrentamento dessas questões, buscando uma transformação pessoal da mulher e da comunidade em que ela se insere.

Palavras-chave: violência de gênero; assistência judiciária; prevenção.

Introdução

Segundo dados do IBGE – disponíveis em seu sítio na internet – no ano de 2009, cerca de 41 mil mulheres brasileiras relataram ter sido vítimas de violência. Do total de relatos, cerca de 22 mil (53,9%) referiam-se à violência física e mais de 13 mil (33,2%)



relatavam agressão psicológica, enquanto 576 (1,4%) eram casos de violência sexual. Em um contexto histórico de crescente divulgação da Lei nº 11.340/06 (Maria da Penha), as estatísticas apontam para a necessidade de maior intervenção das instituições públicas estatais. Incumbe a elas levar conhecimento e informação a todas as camadas sociais, auxiliando na transformação da pessoa vitimada e oprimida em cidadã ciente de seus direitos, capaz de tomar decisões responsáveis.

Nesse contexto, a Divisão de Assistência Judiciária Prof. Paulo Edson de Sousa – DAJ, programa de extensão mais antigo da Universidade Federal de Minas Gerais (fundado em 1958), atua, desde sua inauguração, na prestação de serviços de assistência jurídica e judiciária à população carente de Belo Horizonte e região metropolitana, orientando seus clientes e assistindo-os nas possíveis medidas judiciais a serem propostas para a solução de seus problemas.

Frequentemente, mulheres vítimas de violência comparecem à DAJ em busca de orientação e de assistência jurídica para defender seus direitos. Estas demandas são encaminhadas para atendimento específico, por meio de orientação quanto aos direitos que estas mulheres possuem e, muitas vezes, desconhecem, ou por ações judiciais em que se pleiteiam medidas protetivas para assegurar a integridade física e psicológica das vítimas de opressão. Desse modo, tendo em vista a experiência na área, a DAJ criou um *Projeto de Prevenção da Violência de Gênero e Assistência à Mulher Vítima de Opressão*, contemplado com recursos do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação-MEC.

Importante ressaltar que o Projeto se insere na metodologia já adotada pela DAJ que não se resume à extensão, sendo indissociável do ensino e da pesquisa, por meio de grupos de estudos, realização de palestras e trabalhos de campo, elaboração e publicação de artigos. Ainda que a DAJ esteja inserida na Faculdade de Direito e preste assistência jurídica e judiciária, busca-se sempre a interdisciplinariedade em seus projetos, com uma abordagem, além de jurídica, antropológica e sociológica. Neste Projeto, serão analisados aspectos históricos da legislação que conferiu igualdade de direitos entre os gêneros, decisões jurisprudenciais polêmicas, bem como o processo de elaboração da Lei nº 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Estendendo-se o direito de informação à mulher oprimida, ser-lhe-á garantido o direito de tomar suas próprias decisões de forma consciente e responsável, além de propiciar o acesso à justiça e promover a eficácia horizontal dos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados.

Os objetivos específicos do Projeto são: a elaboração e confecção de cartilhas de

direitos e de possibilidades de ação nos casos de violência; a criação de site sobre o tema e o projeto; a organização de palestras para a comunidade acadêmica e para o público externo; a realização de parceria com a rádio UFMG na divulgação do projeto; a condução de grupos de estudo; a produção de conhecimento específico sobre o tema e sua divulgação por meio de artigos científicos; a realização de intervenções em escolas de ensino fundamental e médio para a conscientização acerca do problema.

Material e Metodologia

A ação de extensão está sendo desenvolvida, principalmente, na sede da Divisão de Assistência Judiciária, que ocupa, atualmente, um andar da Faculdade de Direito da UFMG, onde há um espaço para atendimento aos clientes, sala de reuniões e diversas salas com computadores. No saguão na Faculdade de Direito, funciona o plantão de atendimento e orientação com seis salas de atendimento individual aos clientes. Há ainda um auditório para reuniões e pequenos cursos, também à disposição do Projeto.

O Projeto visa atingir a população de todas as classes sociais, residente em Belo Horizonte e parte da região metropolitana (Santa Luzia, Nova Lima, Contagem, Betim, Vespasiano e Ribeirão das Neves). Além disso, atenção especial será conferida ao público que busca orientação jurídica nesta Divisão de Assistência Judiciária e, ainda, às detentas e familiares atendidos pelo projeto de execução penal, mantido pela Divisão em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado. Adota-se a perspectiva de construção dialógica do conhecimento, a partir da convicção de que as respostas acadêmicas, se desvinculadas do meio social, em pouco têm a contribuir para a melhoria deste.

Para efetivar o projeto, pretende-se: a) Em parceria com o Programa de extensão Pólos de Cidadania, da Faculdade de Direito da UFMG, organizar intervenções em comunidades carentes, onde serão desenvolvidos atendimentos pessoais e locais, bem como serão divulgadas informações acerca da prevenção da violência contra a mulher, e das formas de efetivação dos seus direitos; b) realizar levantamento de dados pertinentes às estatísticas de violências cometidas às mulheres e em que contextos isso ocorre; c) se possível, conhecer os contextos familiar, sócio-econômico e laborativo em que tais violações mais corriqueiramente ocorrem; d) promover visitas acompanhadas ao Fórum Lafayette e ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para estudar e acompanhar de perto casos selecionados em que foram registradas ocorrências de opressão à mulher.

Os trabalhos serão divididos em 2 (dois) semestres, a serem inaugurados nos meses de março e agosto de 2012 e finalizados nos meses de julho e dezembro de 2012,

respectivamente, em um regime de 20 (vinte) horas semanais. No mês de janeiro de 2012, iniciar-se-á o tratamento prioritário em plantões da DAJ, às mulheres vítimas de violência com a propositura de demandas judiciais, quando necessário, na busca da efetivação de seus direitos. Esta fase do projeto terá a duração de 12 meses. Em fevereiro, será criado um sítio eletrônico-virtual da instituição, com o objetivo de divulgar o Projeto na internet e haverá a criação de um grupo de Estudos voltado para a pesquisa de legislação e decisões jurisprudenciais de relevo para o tema abordado no Projeto.

No mês de maio, haverá confecção e divulgação de 25.000 (vinte e cinco mil) cartilhas que contenham entre 6 e 10 páginas de informações precisas e concisas sobre os direitos da mulher e os métodos para a sua efetivação, bem como orientações para recorrer às autoridades e tomar as medidas judiciais cabíveis em casos de violência. Em junho, haverá a criação de um programa em parceria com a Rádio da UFMG e em possíveis outras estações radiofônicas com o propósito de trazer ao público nova e ampliada forma de acesso às informações que se procura veicular. Serão também proferidas, pelos professores e demais membros comprometidos com a execução deste Projeto, palestras promovidas na Universidade Federal de Minas Gerais. No mês de julho, será realizado trabalho de campo na sede da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com a finalidade de pesquisa e entrevista com Ministros da Corte, relativamente ao processo do caso Maria da Penha, em que o Brasil foi condenado a indenizar uma mulher vítima da violência (nº 12.051/OEA).

Resultados e Discussões

O Projeto foi recentemente aprovado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e contemplado com recursos do Governo Federal, pelo edital de 2011 do Sistema de Informação e Gestão de Projetos. Após esta recente aprovação, a DAJ começa a se preparar para sua implementação, o que aperfeiçoará a prestação jurídica e judiciária já oferecida às mulheres vítimas de violência que buscam o atendimento prestado pela DAJ. Os recursos provenientes do Ministério da Educação propiciarão uma maior capacitação dos estagiários e a obtenção de materiais essenciais à divulgação de informações sobre a violência de gênero para, com isso, ampliar quantitativa e qualitativamente os atendimentos prestados. Isso de dará, especialmente, com o estabelecimento de contatos com instituições que serão parceiras na realização dos objetivos propostos. Destaca-se a parceria com o Programa Pólos de Cidadania, que conta com profissionais capacitados e ampla experiência em projetos voltados ao atendimento de

populações vulneráveis.

Os resultados almejados estão ligados à consecução dos objetivos propostos, no sentido de ajudar na prevenção da violência de gênero e assistir de diversas formas as mulheres vítimas de opressão. Pretende-se a conscientização das mulheres de seus direitos e efetivação de sua cidadania, resultado que poderá ser constatado no contato com as mulheres no acompanhamento pela DAJ. Além disso, buscar-se-á o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e o acesso à justiça, por meio do patrocínio das causas que tenham como objetivo a assistência à mulher vítima de violências.

Conclusão

O binômio conscientização e assistência consiste na forma escolhida pelo projeto para abordar o problema da violência contra a mulher. Busca-se não apenas – como princípio orientador da DAJ – prestar assistência jurídica e judicial à mulher oprimida, mas também fornecer informação e apoio para romper o ciclo de violência no âmbito familiar e social em que se insere a mulher, contribuindo para sua emancipação e para tornar plena sua cidadania. Por meio do material que será produzido pelo projeto (cartilha, site, palestras, programa de rádio) a sociedade obterá maiores informações a respeito de seus direitos e orientação para lidar com a violência em seu meio familiar. Dessa forma, espera-se não somente colaborar com a redução das estatísticas de violência contra a mulher nas áreas atendidas pelo projeto, como também incentivar uma atitude emancipatória, capaz de superar as amarras de uma cultura historicamente opressora.

Por outro lado, o Projeto também possibilitará um aprendizado diferenciado ao aluno participante por meio da integração entre os conhecimentos teóricos e a prática jurídica, imprescindível para a formação de um profissional qualificado. Os grupos de estudos permitirão um aprofundamento da reflexão crítica sobre as questões de gênero e violência, gerando conhecimento a ser aplicado na prática das atividades do projeto e contribuindo para a formação profissional e acadêmica dos extensionistas. Outrossim, incentivar-se-á a produção de trabalhos científicos pelos estudantes, estimulando a pesquisa e a publicação.

É nesse sentido que a ação de extensão contribui na prevenção da violência e na assistência às mulheres que tiveram seus direitos fundamentais violados, buscando a promoção do princípio/valor fundante do direito contemporâneo: a dignidade da pessoa humana. O direito e a Universidade, nesse sentido, revelam todo seu potencial emancipatório.

DST/AIDS: Na Mira da Prevenção

Área Temática: Saúde

Responsável pelo trabalho: Jussara Mendonça Barbosa

Instituição Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora(HU/UFJF)

Autores: Auta Iselina Stephan-Souza¹; Jussara Mendonça Barbosa²; Dayana Dias da Cunha ³; Marília Pinheiro Lima ⁴; Paula de Cássia Silva⁵; Rafael Belo Nazareth Machado⁶

1.COORDENADORA DO PROJETO - DOCENTE DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL/ UFJF

2.COORDENADORA TÉCNICA DO PROJETO - ASSISTENTE SOCIAL RESIDENTE DO HU/UFJF (jussara_9@yahoo.com.br)

3.BOLSISTA DE GRADUAÇÃO – SERVIÇO SOCIAL

4.BOLSISTA DE GRADUAÇÃO – PSICOLOGIA

5.BOLSISTA DE GRADUAÇÃO – ENFERMAGEM

6.BOLSISTA DE GRADUAÇÃO – MEDICINA

Resumo

Introdução: O projeto desenvolvido no Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, constitui-se num espaço interdisciplinar de problematização acerca das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), enfocando a prevenção e promoção da saúde, numa perspectiva de educação em saúde crítica.

Objetivos: Diante disso, busca-se a prevenção e divulgação de informações referentes às DST's/AIDS. Vale ressaltar que o repasse destas não se restringe à transmissão vertical de informações, mas almeja-se a construção coletiva de conhecimento, por meio de permuta entre profissionais e usuários.

Metodologia: São realizados grupos semanais, estes são desenvolvidos através de Oficinas de Vivência, a partir da problematização das DST's/AIDS. Cabe destacar que o trabalho é realizado por uma equipe interdisciplinar composta por discentes das seguintes áreas: enfermagem, medicina, psicologia e serviço social. São abordadas as questões da sexualidade e de gênero e como estímulo à troca de experiências são aplicadas dinâmicas de grupo.

Resultados: O projeto contribui para a promoção e prevenção da saúde através da disseminação de medidas preventivas em relação às DST's/AIDS. Além disso, o trabalho interdisciplinar, possibilita que as especificidades profissionais se complementem no ato do cuidar, possibilitando uma visão integral do usuário.

Conclusão: O projeto mostra-se relevante à medida que contribui para a desmistificação de preconceitos em relação às DST's/AIDS e a prevenção destas. Para os discentes estas atividades de extensão têm sido consideradas gratificantes, pois se trata de uma experiência enriquecedora, onde desenvolvem habilidades de aproximação horizontal com os usuários.

Palavras-chave: DST's/AIDS, educação em saúde, prevenção

Introdução

Na década de 1980, houve a descoberta do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), sendo feitas as primeiras notificações nos EUA e França. Naquela época não se sabia muito sobre a doença, mais tarde ela foi considerada como síndrome e denominada posteriormente de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

Os primeiros casos da doença foram diagnosticados em homossexuais masculinos, desta maneira, impulsionando um grande preconceito a este grupo, visto que a forma de contaminação foi vinculada a “grupos de risco”. As ações da época eram direcionadas para esses grupos de riscos, compreendidos como os homossexuais, os hemofílicos e os usuários de drogas injetáveis. Desta forma, essas estratégias de prevenção da época não consideravam que outras pessoas poderiam adquirir tal doença.

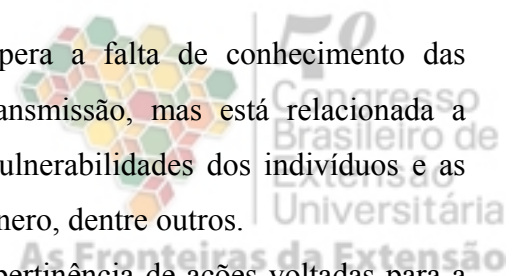
No período de 1985 a 1988, a disseminação da AIDS já se expandia de maneira rápida, superando os limites geográficos, de etnias, orientação sexual e de gênero. Para a saúde pública, foi um período de ganho, visto que houve investimento no desenvolvimento de vacinas, monitoramento de clínicas sentinelas, desenvolvimento de drogas para tratamentos específicos e diagnóstico dos doentes. Surge também a dimensão de soropositividade.

O termo “grupo de risco” é substituído pelo comportamento de risco, devido a própria expansão da epidemia a outras pessoas ditas não pertencentes a esses grupos. O referido termo busca retirar o peso do preconceito existente aos homossexuais, hemofílicos e usuários de drogas injetáveis, os quais a doença foi inicialmente diagnosticada e propõe a universalização da prevenção e da infecção pelo HIV.

O Brasil, com seu território em proporções continentais e suas profundas desigualdades sociais revela uma epidemia que, ao longo do tempo, vem sofrendo significativas transformações. Hoje, o perfil da epidemia é marcado pelos processos de heterossexualização, da feminização, da interiorização e da pauperização, que configuram a epidemia como problema da população em geral.

Atualmente, o aumento da contaminação supera a falta de conhecimento das pessoas a respeito da doença e suas formas de transmissão, mas está relacionada a elementos sociais, culturais, os diferentes graus de vulnerabilidades dos indivíduos e as formas como se estruturam as relações econômicas, gênero, dentre outros.

Diante do exposto, percebe-se na realidade a pertinência de ações voltadas para a



educação em saúde, enquanto prática política que se propõe a contribuir para a formação da consciência crítica, possibilitando uma concepção mais ampliada de saúde, e da promoção desta. Vale destacar que nos hospitais podem ocorrer ações mais comprometidas com algo maior, ligadas não apenas à questão biológica-curativista (de suma relevância) mas, também, com o universo da prevenção e promoção da saúde (SILVA, 2005).

Rollo (1997) relata que para a reconstrução das práticas assistenciais nos hospitais estas devem estar voltadas para a responsabilização e vínculo, abordagem do doente como cidadão sujeito do seu processo saúde-doença.

Para viabilizar o processo de educação em saúde no âmbito grupal no Hospital Universitário (HU/UFJF), foi criado um projeto de extensão, tendo em vista que à extensão cabe o papel fundamental de pôr em prática o ensino, a pesquisa e, ao mesmo tempo, dar sentido à ação universitária. A finalidade da universidade é atender as necessidades da comunidade e/ou da sociedade. (TEIXEIRA et al, 2003)

O projeto de extensão DST/AIDS: na mira da prevenção surgiu em 2003 a partir da observação dos profissionais do Serviço Social, que possuindo a Enfermaria Medicina de Homens (MH) leitos reservados para atendimento a usuários portadores do HIV (DIP/Doenças Infecto - Parasitárias), e que era cada vez mais frequente o número de pacientes que descobriam ser portadores do vírus quando internados por outras especialidades. Desse modo, observou-se ser pertinente desenvolver um trabalho com esta temática na referida enfermaria.

Pautando-se, portanto, na educação em saúde, o Projeto DST/AIDS: na mira da prevenção se propôs a trabalhar as discussões no âmbito da socialização do conhecimento, enfocando a prevenção, o cuidado, a integralidade, a sexualidade e questões de gênero. Para isto, conta com uma equipe interdisciplinar composta por profissionais e alunos das seguintes áreas: Serviço Social, Psicologia, Medicina e Enfermagem.

Dessa forma o Projeto DST/AIDS: na mira da prevenção, tem por objetivos: propiciar discussões de gênero, facilitando o diálogo sobre sexualidade, proporcionando informações qualificadas sobre as DST's/AIDS; divulgar a rede de cuidado em saúde existente no município e região, esclarecendo sobre direitos gerais e específicos; contribuir para uma assistência integrada em DST's/AIDS através de uma equipe interdisciplinar, com atendimento individual e em grupo, praticando preceitos de responsabilização, vínculo, acolhimento, cuidado e humanização; valorizar o saber popular, conjugando saber popular com saber científico, propiciando o exercício da linguagem e comunicação.

Material e Metodologia

O Projeto DST/AIDS: na mira da prevenção adota a forma de grupos semanais, com duração de aproximadamente uma hora, com a participação voluntária de todos aqueles que tiverem interesse no assunto. O público alvo principal são os usuários acima de 13 anos internados na enfermaria da Medicina de Homens (MH) do Hospital Universitário e seus respectivos acompanhantes, homens ou mulheres.

Estes encontros são desenvolvidos em forma de Oficinas de Vivência, privilegiando o saber popular e contribuindo para a consolidação de um conceito ampliado em saúde a partir da visualização do problema através das próprias experiências.

As oficinas possuem grade de atividades fixa devido à rotatividade de pacientes e acompanhantes da enfermaria. São abordadas as questões de sexualidade, canalizando para a problemática das DST's/AIDS, numa perspectiva de desmistificação de preconceitos. É aplicada uma dinâmica de grupo denominada “Assim pega, assim não pega” na qual os usuários podem esclarecer suas dúvidas e saber quais são as formas de transmissão do HIV/AIDS. Nesta dinâmica são trabalhadas diversas situações do cotidiano das pessoas que podem gerar dúvidas se existe nessas situações chances de transmissão do HIV/AIDS.

Conclusão

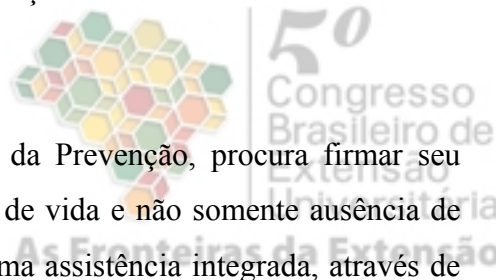
O grupo contribui para promoção da saúde através da disseminação de medidas preventivas em relação às DST's/Aids, além do que, suscita a efetivação de um trabalho interdisciplinar em que os profissionais compartilham conhecimentos sem sucumbir à sua especificidade.

Por sua vez, percebe-se também que à medida em que são ofertados espaços de fala e de escuta, os usuários tendem a tornar-se cada vez mais sujeitos de seu processo saúde doença, capacitando-os para o enfrentamento de seus problemas, instrumentalizando-os para que façam suas escolhas

Além do que tornam agentes multiplicadores das informações em seu meio social. Ademais, visa-se estabelecer relação horizontal com os usuários a integração, na qual o conhecimento técnico integra-se ao saber popular, as informações são repassadas de maneira qualificada, sempre contextualizando à situação e valorizando as vivências trazidas pelos usuários/participantes

Resultados

Sendo assim, o Projeto DST/AIDS- Na Mira da Prevenção, procura firmar seu intento na concretização da saúde enquanto qualidade de vida e não somente ausência de doença no momento em que procura contribuir para uma assistência integrada, através de



uma equipe que busca cotidianamente a interdisciplinaridade, praticando ações individuais e grupais, pautadas nos preceitos de cuidado, acolhimento, responsabilidade, busca pela autonomia do indivíduo e vínculo.

Lançando um olhar para o projeto desenvolvido na enfermagem Medicina de Homens, pode-se dizer que as Oficinas de Vivência trabalham nesta concepção ampliada de saúde ao priorizar discussões que vão além da doença em seus aspectos biológico/curativo. Não se inicia as Oficinas falando de doenças, mas, sim, de saúde, ao se abrir espaço para um debate de gênero, formas de agir, pensar, falar, sentir, de sexualidade envolvendo tabus, preconceitos, intimidade, conflitos, culturas, gerações, entre outros.

Bibliografia

ASSIS, M. **Educação em saúde e qualidade de vida**: para além dos modelos, a busca da comunicação. Estudos em Saúde Coletiva. n169. Rio de Janeiro:UERJ,IMS, P.3-30, 1998.

ROLLO, A.A. É possível construir novas práticas assistenciais no Hospital Público. In: MERHY, E.; ONOCKO, R (orgs). **Agir em saúde**: um desafio para o público. São Paulo: HUCITEC, P.321-352, 1997.

SILVA, H.H. **Na Mira da Prevenção-DST/AIDS**: uma experiência de Educação em Saúde no contexto do HU/UFJF. Monografia (especialização em Saúde Coletiva). Juiz de Fora: UFJF, 2005.

STEPHAN-SOUZA, A.I.; MOURÃO, A.M.A. A construção do trabalho em equipe: uma tarefa do coletivo dos profissionais de saúde. **Revista de Atenção Primária em Saúde**. NATES – Núcleo de Assessoria, Treinamento e Estudos em Saúde. UFJF, ano 4, nº. 9, dez.2001 a maio de 2002

TEIXEIRA, E.G.; TEIXEIRA, M.C.S., VILAÇA, P.L.A. **Três Perspectivas sobre um Projeto de Extensão Universitária**: Sala de Situação da Criança e do Adolescente. In: Revista Lato& Sensu. BELEM. V.4, nº. 1, p.3-5, out.2003.



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: AÇÕES DE ENFERMAGEM NA COMUNIDADE

Área temática: Saúde

Elitiele Ortiz dos Santos

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Autores: Elitiele Ortiz dos Santos¹; Cristiane Kenes Nunes¹; Greice Carvalho de Matos¹; Janaína Quinzen Willrich²; Valéria Cristina Christello Coimbra³; Roberta Luciele Blaas dos Santos¹; Laura Weirich¹; Natália Timm Aires¹; Beatriz Antunes¹.

Introdução: Educação em saúde são práticas de ensino aprendizagem desenvolvidas junto à população com a finalidade de debater, educar e incentivar a tomada de decisão em relação a atitudes e práticas de saúde. Neste contexto, a educação em saúde é utilizada pela enfermagem como instrumento de orientação, promoção e cuidados das fragilidades dos sujeitos envolvidos. O presente trabalho tem por objetivo evidenciar as ações desenvolvidas pelo projeto de extensão: “Educação em Saúde na Comunidade”.
Metodologia: O projeto supracitado objetiva realizar atividades de educação em saúde às famílias da comunidade vizinha ao Campus Porto UFPel. São realizadas visitas domiciliares (VD) às famílias cadastradas pelos alunos do Curso de Enfermagem durante estágio curricular realizado na Unidade Básica de Saúde. Além disto, organizamos espaços coletivos de educação em saúde, como: palestras nas escolas da comunidade e oficinas nas associações do bairro e esportivas deste território. **Resultados:** São acompanhadas 195 famílias através de VD, a maioria dessas encontram-se em vulnerabilidade social, econômica e de saúde. Nos espaços coletivos de educação em saúde são realizadas oficinas para um grupo de mulheres de diferentes faixas etárias e oficinas e palestras para alunos do ensino fundamental da escola municipal da comunidade, em que os temas abordados são apontados a partir dos interesses do grupo. **Conclusão:** O projeto proporciona aos estudantes e comunidade a troca de experiências significativas de educação em saúde e, com isto, contribui na construção de uma formação crítica, reflexiva e comprometida com as necessidades locais e regionais.

Palavras chave: Extensão Universitária, Saúde, Enfermagem

Introdução:

A extensão universitária é entendida como uma das funções básicas da universidade e a sua interação sistematizada com a comunidade visa contribuir para o desenvolvimento dessa comunidade e dela buscar conhecimentos e experiências para a avaliação e vitalização do ensino e da pesquisa (SILVA, 1997).

A partir desse entendimento a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) considera prioridade atividades de extensão universitária, principalmente por estar instalada recentemente em uma comunidade periférica da cidade. Esse fator é privilegiável uma vez que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos, tais como suas reais necessidades, seus anseios, suas aspirações e aprendendo, também, com o saber dessas comunidades, sobre os seus valores e a sua cultura (LOYOLA, OLIVIRA 2005).



¹Acadêmicas de enfermagem da UFPel.

²Mestre Professora Assistente da UFPel

³Professora doutora da UFPel

Segundo Santos (2001) os projetos de extensão apresentam um potencial emancipador, caracterizado por relações horizontais entre o estudante/profissional e a comunidade, ambos os sujeitos protagonistas na construção histórica e política. Constitui-se como um processo de ensinar e aprender que possibilita aos sujeitos ávidos a questionar por que conhecem ou desconhecem a conquista de autonomia e competência para agir e intervir em situações marcadas por diversidade de riquezas culturais, desigualdades sociais e agressões ambientais (Demo, 2000).

Sendo assim, temos por objetivo descrever ações de extensão realizadas por professores e alunos que compõem um projeto da Faculdade de Enfermagem da UFPel que visa manter um vínculo com a comunidade vizinha da Universidade por meio de práticas de educação em saúde.

Metodologia

No início de 2009 a Universidade estabeleceu um contato formal com a comunidade através dos estágios curriculares junto à Unidade Básica de Saúde (UBS) da comunidade. Os acadêmicos de Enfermagem, além de atividades de atendimento junto a UBS, realizaram o cadastramento das famílias pertencentes ao território de abrangência da Unidade. O cadastro incluía questões de moradia, aspectos demográficos e socioeconômicos, de saúde, estrutura familiar e saneamento, dentre outras informações, tendo por objetivo conhecer a população atendida pela UBS, a fim de identificar as necessidades elencadas pelos moradores.

Esse cadastro atualmente está sendo utilizado pelo referido projeto de extensão a fim de manter o vínculo com a comunidade através de assistência domiciliar as famílias cadastradas, assim como, praticar de educação em saúde, como palestras e oficinas na escola municipal e associação de moradores.

As ações de promoção de saúde são realizadas por sete alunos colaboradores e três docentes de enfermagem previamente capacitados para trabalhar educação em saúde comunitária. As visitas domiciliares são realizadas duas vezes por semana em dupla de estudantes devidamente identificados. Para auxiliar nas VD são levados esfigmomanometro e estetoscópio para aferir a Pressão Arterial e termômetro para verificar temperatura axilar se necessário. As intervenções são feitas através do diálogo e troca de informações entre todos os membros visando a prevenção e promoção da saúde. A partir das problemáticas levantadas e dos anseios da população são organizados espaços coletivos de educação em saúde. Foram realizadas oficinas mensais em uma associação comunitária para um grupo de mulheres de diferentes faixas etária. Os temas abordados são apontados a partir dos interesses do grupo, tais como: A importância da mulher no contexto familiar, Alcoolismo, Drogas, entre outros. Além disso, foram oferecidas oficinas abordando temas como sexualidade, gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis e relação de gênero. As oficinas foram ministradas a alunos de 5ª a 8ª séries de uma Escola Municipal da comunidade.

No final do ano de 2010 foi realizado um diagnóstico do laboratório de ciências da escola municipal a fim de identificar os materiais disponíveis para auxiliar em nossas práticas educativas.

Ainda nesse momento foi aplicado um questionário avaliativo do projeto. O questionário envolvia questões específicas para cada ação e foi aplicado aos atores envolvidos nas atividades, como moradores, alunos e grupo de mulheres.

Todo o mês são realizadas reuniões entre a equipe executora do projeto a fim de discutir sobre as ações, expor as dificuldades e facilidades encontradas durante as

atividades bem como formular estratégias de intervenções voltadas para o interesse da comunidade.

Resultados e discussões

Por meio da educação em saúde, a Enfermagem tem a oportunidade de entender e fundamentar os conceitos e teorias aprendidos nas atividades de ensino, consolidando e complementando o aprendizado com a aplicação.

Durante o cadastro foram mapeadas 195 famílias, totalizando 560 moradores. Ao analisarmos os cadastros foi constatado que 25% das pessoas que moram na comunidade são crianças. Em relação às doenças referidas pelos entrevistados, a Hipertensão Arterial Sistêmica corresponde à maioria, acometendo duas vezes mais mulheres que homens, ou seja, 8% mulheres sendo, 4% com idade igual ou superior a 60 anos e 4% homens sendo 2% com 60 anos ou mais.

Essas e outras informações são importantes pois nos permite conhecer o perfil epidemiológico da população e dessa forma orientar as práticas em saúde e aprimorar nosso produto, que é o cuidado de enfermagem, a partir da construção de alianças com as pessoas de quem cuidamos, aprendendo com elas acerca do cuidado que desejam (TREZZA, SANTO, 2008).

Entre as atividades do enfermeiro a Educação em Saúde deve ser prioridade, principalmente em locais de atenção próximos a comunidade. O profissional enfermeiro é habilitado e capacitado para cuidar do paciente e sua família, assisti-los em toda sua dimensão existenciais, levando em consideração as necessidades preventivas e educativas dos cuidados de saúde (Reinaldo e rocha, 2002).

Uma importante estratégia de educação em saúde é a VD, visto que é um instrumento que facilita a abordagem e aproximação dos usuários e de sua família (Reinaldo e rocha, 2002).

Através dela, podemos avaliar as condições ambientais e físicas em que vive o indivíduo e sua família, prestar assistência, levantar dados sobre condições de habitação e saneamento e aplicar medidas de controle e principalmente educar (VILA e VILLA, 2007).

Nesse sentido, das 195 famílias, 120 famílias já foram revisitadas, onde os moradores que apresentam riscos de saúde, como por exemplo, pacientes acamados, idosos, crianças, portadores de doenças crônicas como diabetes Mellitus e Hipertensão Arterial Sistêmica, entre outros problemas evidenciados são revistados com mais frequência para acompanhar se há efetividade das orientações e intervenções de enfermagem.

Os espaços coletivos de educação em saúde como: palestras nas escolas dos bairros da vizinhança, oficinas em associações de bairro e esportivas tem seus temas adequados à realidade local e visam estimular a participação dos envolvidos na resolução das situações evidenciadas.

A educação em saúde, pela sua magnitude, apresenta-se como uma importante vertente à prevenção, que na prática deve estar preocupada com a melhoria das condições de vida e de saúde das populações e com o fortalecimento, participação e autonomia dos indivíduos (BRASIL, 1998; OLIVEIRA e MARCON, 2007).

Até o presente momento, foram realizadas sete oficinas para um grupo de mulheres, sendo que em cada oficina estão presentes cerca de 15 participantes. Estes encontros ocorreram uma vez por mês em uma associação da comunidade, inserindo a Universidade no contexto de vida dos indivíduos e promovendo fácil acesso ao meio estudantil e ao que oferecemos a eles.

Foram realizadas seis oficinas para alunos da escola municipal. Sendo que encontros ocorreram na parte da manhã e tarde para os alunos que estudavam nesses horários. Desse modo, é possível, através dessas oficinas, fornecer informações, além de

promover discussão e reflexão sobre aspectos envolvidos na sexualidade, elucidar sobre as responsabilidades e riscos de uma gravidez indesejada, também fornecer informações sobre as possibilidades de se adquirir doenças sexualmente transmissíveis quando se inicia relações sexuais com pouco conhecimento sobre o assunto.

Por meio das palestras e oficinas é possível formar o pensamento crítico das pessoas para reconhecer seus problemas e atuar individual e coletivamente para solucioná-los. Para Freire (1997), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar a possibilidade para a sua produção ou sua construção e quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina a aprender. Assim, o processo educativo envolve respeito à individualidade dos sujeitos envolvidos e mútua colaboração.

O laboratório de ciências dispõem de muitos materiais interessantes para utilizar nas oficinas, como por exemplo boneco anatômico, banners com sistema reprodutor, digestivo, entre outros materiais.

Os resultados referentes a avaliação do projeto estão sendo analisados e serão consideradas sugestões de atividades propostas pelos moradores.

As ações do projeto retornarão em agosto, pois no momento a equipe executora fez uma prova avaliativa para selecionar mais alunos colaboradores e assim capacitá-los, além disso, estão sendo discutidos os resultados do projeto, construção de publicação, análise de dados, bem como reformulando estratégias de intervenções a fim de adequar mais próximo possível da realidade local e suprir as necessidades elencadas pela comunidade.

Conclusão

Essa prática de extensão proporciona um espaço de transformação e desenvolvimento entre a sociedade e os estudantes, em que é possível estes vivenciarem experiências significativas para a sua cidadania, de forma a construir uma formação comprometida com as necessidades locais e regionais.

Notamos uma participação ativa nas palestras e oficinas, o interesse pelo conhecimento e a necessidade de evidenciar experiências cotidianas dos participantes. Nesta perspectiva observou-se que as ações do projeto aproximam a comunidade e os alunos que o desenvolvem, o que proporciona a troca de saberes, intervindo-se de forma positiva, melhorando a qualidade de vida desta comunidade.

Referencias:

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST/AIDS. **Guia de produção e uso de materiais educativos**. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. 4ª. ed. Campinas: Autores Associados; 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1997

LOYOLA, Cristina Maria Douat; OLIVEIRA, Rosane Mara Pontes de. A universidade "estendida": estratégias de ensino e aprendizagem em enfermagem. **Esc. Anna Nery**. 2005, v.9, n.3.

OLIVEIRA, Raquel Gusmão; MARCON, Sonia Silva. Trabalhar com famílias no Programa de Saúde da Família: a prática do enfermeiro em Maringá-Paraná. **Rev. Esc. Enf.** 2007;v.41,n.1.

REINALDO, Márcia Amanda Santos; ROCHA, Ruth Milyus. Visita domiciliar de enfermagem em saúde mental: idéias para hoje e amanhã. **Rev. Eletrônica de Enf.** 2002; v.4,n.2,p.36-41.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 3. ed. São Paulo: Cortez; 2001. v.1: A crítica da Razão indolente: contra o desperdício da experiência

SILVA, Oberdan Dias. Integração ensino, pesquisa e extensão. **Inform Universidade**

São Judas Tadeu 1997,v.11,n.6,p.148-49.

TREZZA, Maria Cristina A. Figueiredo; SANTOS, Regina Maria dos; LEITE, Josete Luzia. Enfermagem como prática social: um exercício de reflexão. **Rev. bras. enferm.** 2008, vol.61, n.6, p.904-908.

VILA, Ana Carolina Dias; VILA, Vanessa da Silva Carvalho. Trends of knowledge production in health education in Brazil. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.**2007, vol.15, n.6,p.1177-1183.



MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA: UM NOVO HORIZONTE PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: N. SILVA

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (FDUFMG)

Nome dos Autores: 1. C. BRASILEIRO; 2. E. SILVA; 3. F. VENTURA; 4. F. CRUZ; 5. J. GUERRA; 6. J. CALIXTO; 7. L. OLIVEIRA; 8. L. REIS; 9. N. SILVA; 10. P. MARQUES; 11. R. SILVA.

Resumo: O presente artigo refere-se ao trabalho de mediação realizado em aglomerados de favelas de Belo Horizonte, através das atividades de extensão do Programa Pólos de Cidadania, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. A mediação, forma alternativa ao processo judicial de resolução de conflitos, se apresenta nessas comunidades com forte histórico de exclusão como uma via de acesso à justiça, tendo em vista o distanciamento entre a população e os serviços prestados pelo Poder Público. Sua metodologia é calcada no diálogo, na intercompreensão e na criatividade, o que possibilita uma responsabilização dos indivíduos pela solução de suas próprias questões, bem como fortalece o exercício da cidadania e estimula a efetivação dos direitos humanos. A utilização do processo de mediação nessas comunidades mostrou ser um efetivo meio de acesso à justiça, de educação e de emancipação social, tendo em vista que o referido processo se apresenta como o mais adequado para os conflitos que não comportam soluções impositivas e não compartilhadas, como aquelas oferecidas pelo aparato judicial tradicional.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Mediação. Emancipação social.

Introdução

Criado em 1995 por professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Programa Pólos de Cidadania iniciou suas atividades como um projeto de extensão destinado a proporcionar aos estudantes uma visão diferenciada de sua aplicação na sociedade, atuando especialmente junto a comunidades com histórico de exclusão e trajetória de risco¹. Aliando os três pilares da educação superior – ensino,

¹ Expressão cunhada pela Professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin, Doutora em Filosofia de Direito e Pós-Doutora em Metodologia Jurídica, que, ao criar as bases do Programa, direcionou suas atividades para comunidades carentes, em que direitos fundamentais e humanos são constantemente violados e a atuação do Poder Público é, por vezes, escassa, insuficiente ou quase nula.

pesquisa e extensão² – o Programa Pólos busca desde seus primórdios promover a efetivação dos Direitos Humanos, emancipar grupos sociais e fortalecer o exercício da cidadania. Sua equipe é formada por estudantes e profissionais das mais diversas áreas de atuação, o que faz com que suas atividades sejam calcadas na interdisciplinaridade, aspecto fundamental para a compreensão das relações sociais e para a atuação em comunidades carentes e socialmente vulneráveis.

O Programa Pólos de Cidadania funda-se em três pilares teóricos, construídos no decorrer das ações do Programa: cidadania, subjetividade e emancipação. A cidadania pode ser caracterizada pela democratização das relações, visando a sustentabilidade das diversidades. Já a subjetividade traduz a autocompreensão e a responsabilidade de um indivíduo, tornando-o capaz de demonstrar uma competência que permita a expressão de uma personalidade autônoma e crítica para sua inserção definitiva nos grupos de seu entorno social. Por fim, a emancipação pode ser compreendida como a capacidade permanente do sujeito de reavaliação das estruturas opressoras que o cerca, com propósito de promover uma mudança nas organizações sociais e fortalecer o associativismo em prol da ampliação das lutas democráticas.

O Núcleo de Mediação e Cidadania - NMC - é um projeto do Programa Pólos voltado para a criação de um espaço de diálogo e mobilização social por meio do processo de mediação, que visa empoderar os indivíduos para que consigam autonomamente reconhecer e elaborar novos meios de solução dos conflitos que trazem ao Núcleo. A equipe de mediação se divide em duas frentes: uma voltada a atendimento de demandas individuais e outra destinada a tratar de demandas coletivas, caracterizando a chamada mediação comunitária.

A mediação é uma forma de resolução de conflitos, em que os envolvidos, ajudados por uma terceira pessoa – o mediador – buscam, por meio do diálogo, da criatividade e da intercompreensão, a melhor maneira de solucionar a questão sem que uma das partes saia prejudicada ou insatisfeita com o resultado alcançado e sem que seja necessário acionar o Poder Judiciário.

Os atendimentos individuais são realizados por duplas interdisciplinares, contando com a presença de um mediador do direito e um da psicologia. Algumas demandas, contudo, não se encaixam na mediação *strictu sensu*. Para tais casos, o NMC oferece

² Constituição Federal/1988 - art. 207, *caput*: As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

orientação sócio jurídica, auxiliando os atendidos na tentativa de solucionar suas pretensões e na busca pela efetivação dos seus direitos, especialmente junto aos serviços públicos. Já as questões coletivas são acompanhadas pela equipe de mediação comunitária, que promove a organização e mobilização popular para a conquista de direitos, além de incentivar e facilitar o diálogo entre a comunidade e o Poder Público.

O Programa Pólos tem como objetivos o fomento à autodeterminação consciente e emancipação social das populações com as quais trabalha. Os NMC's visam instigar um protagonismo cidadão, a partir da criação ou fortalecimento de um senso crítico e de uma autonomia de ação junto à comunidade atendida. Portanto, este projeto se propõe a instigar a comunidade, nos âmbitos individual e coletivo, a buscar melhores condições de vida para si e para todos, rompendo com as estruturas opressoras que estimulam sua exclusão social.

Material e Metodologia

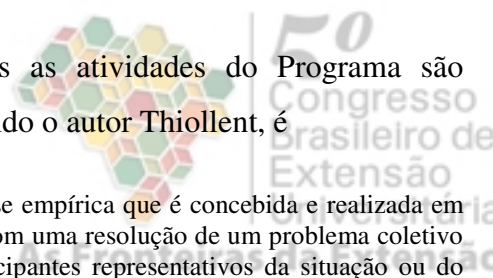
Os NMC's atuam nos Aglomerados Santa Lúcia e Serra, ambos em Belo Horizonte – MG, desde 2003, estando instalados no interior das comunidades citadas. Para a inserção dos Núcleos nestas comunidades foi realizado um diagnóstico prévio levantando as principais demandas, de modo a nortear as atividades a serem desenvolvidas. A partir dos dados apurados, constatou-se uma limitação do direito ao acesso à justiça, caracterizada pelo distanciamento entre os serviços públicos e essas populações.

Diante deste contexto social, concluiu-se que a mediação seria a melhor forma de promover o acesso a um ordenamento jurídico efetivamente justo, auxiliando, assim, na efetivação do acesso à justiça, em sua ampla concepção. Segundo Luis Alberto Warat:

“A mediação seria uma proposta transformadora do conflito porque não busca a sua decisão por um terceiro, mas, sim, a sua resolução pelas próprias partes, que recebem auxílio do mediador para administrá-lo. A mediação não se preocupa com o litígio, ou seja, com a verdade formal contida nos autos. Tampouco, tem como única finalidade a obtenção de um acordo. Mas, visa, principalmente, a ajudar as partes a redimensionar o conflito, aqui entendido como conjunto de condições psicológicas, culturais e sociais que determinaram um choque de atitudes e interesses no relacionamento das pessoas envolvidas”. (WARAT, Luis Alberto. *O Ofício do Mediador*, v.1).

Além da metodologia da mediação, todas as atividades do Programa são lastreadas na metodologia da pesquisa-ação, que, segundo o autor Thiollent, é

“... um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do



problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.” (THIOLLENT, 1985).

A pesquisa-ação se refere, portanto, a uma linha metodológica qualitativa que se realiza por meio da atuação coletiva, ou seja, devem-se priorizar ações, discussões e decisões de equipe – especialmente da rede social comunitária – utilizando-se do controle metodológico da intersubjetividade e da interdisciplinaridade. Os resultados devem ser processados nas comunidades e por elas mesmas, formando um círculo virtuoso de revisão de práticas sociais, de mobilização e de organização popular que favorece a cidadania.

Resultados e Discussões

Por meio da prática da mediação nos NMC's observou-se que ela possibilita catalisar os discursos dos participantes, descobrir seus reais interesses e abrir espaço para o diálogo e o reconhecimento mútuo. Tal processo conduz a saídas criativas e particulares, cujos autores são os próprios envolvidos, que ultrapassam as questões jurídicas, por meio de soluções mais estáveis e completas que levem em consideração a subjetividade das partes, o que, por vezes, é esquecido no processo judicial tradicional.

O trabalho também apontou que a mediação é um método adequado de solução de conflitos qualitativamente diferentes, que envolvem não apenas questões jurídicas, mas também questões psicológicas, uma vez que referido método leva em consideração as particularidades de cada caso, não oferecendo respostas gerais. Além disso, nem sempre mediações que terminaram sem um acordo se mostraram infrutíferas. Na grande maioria dos casos, o processo de mediação auxilia as partes a se emanciparem, responsabilizando-as pela gestão de seus conflitos e pela busca efetiva dos seus direitos.

Conclusão

A atuação dos NMC's fornece um apoio às comunidades no que tange a defesa dos Direitos Humanos, por meio da presença cotidiana da equipe, o que conferiu ao projeto legitimidade e credibilidade perante os moradores. As atividades desenvolvidas favorecem uma maior organização, incentivando a mobilização em prol de causas coletivas.

De acordo com o que foi observado, o procedimento da mediação permite criar um ambiente de diálogo horizontalizado em comunidades com histórico de exclusão social. A partir da busca pela efetivação de um direito específico, são abertos os horizontes para a percepção de outras necessidades, que, por meio de uma escuta diferenciada, podem ser colocadas em foco, promovendo uma melhor qualidade de vida para toda a comunidade.

No que tange aos ganhos acadêmicos apurados, restou demonstrado que o trabalho de extensão realizado pelo Programa Pólos contribui para que os participantes de suas equipes tenham uma visão diferenciada acerca da aplicação do direito e das demais áreas acadêmicas envolvidas. O referido trabalho promove e fortalece o intercâmbio de formas diferentes de conhecimento entre o meio acadêmico e as comunidades, entre o saber científico e o saber popular, o que proporciona aos estudantes, técnicos e coordenadores uma nova visão do vínculo entre ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, a mediação mostrou ser uma forma mais democrática de resolução de conflitos, que permite solucioná-los de maneira tempestiva e eficaz. Assim, o acesso à justiça proporcionado pela mediação garante não só o desafogamento do Poder Judiciário, mas também uma forma mais adequada de lidar com o conflito, não com a intenção de extingui-lo, mas de auxiliar os envolvidos a trabalhá-lo, transformando-o em algo que promova a criação ou o fortalecimento dos laços entre as partes. Sendo assim, a mediação se mostra, também, como importante instrumento de emancipação social.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. *Constituição Federal*. 6ª ed. São Paulo: Rideel, 2009.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Pedagogia da Pesquisa-Ação*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.3, p. 483-502, set./dez. 2005.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. *Metodologia da Mediação*. Belo Horizonte, 2000.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. Resgate dos direitos humanos em situações adversas de países periféricos. *Revista da Faculdade de Direito*. Belo Horizonte, nº 47, p. 181-216, jul-dez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002: 237/280.
- SIX, Jean-François. *Dinâmica da Mediação*. Tradução de Giselle Groeninga de Almeida, Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. Belo Horizonte, Del Rey, 2001.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo, Cortez, 1985.
- WARAT, Luis Alberto. *O Ofício do Mediador*. Florianópolis, Habitus, 2001.

O PET (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO) AUXILIANDO NA ADAPTAÇÃO DAS FAMÍLIAS TRANSFERIDAS PARA A NOVA VILA DIQUE

Área temática: Saúde

Responsável pelo trabalho: GALLO, R. B.

Instituição: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

Autores: GALLO, R. B. (1); PEREIRA, N. B. (2); CARVALHO, T. S. (3); BOTH, F. (4);
BARRETO, D. (5).

Palavras-chave: saúde pública, educação infantil, qualidade de vida.

Resumo

Aproveitando a oportunidade dada pelo PET (Programa de Educação para o Trabalho) de integração entre os cursos e identificando os problemas enfrentados por uma população carente em sua transferência a uma nova área e adaptação, foi desenvolvido um projeto com o intuito de levar noções básicas de higiene pessoal e de cidadania a essas famílias; tendo por base um conceito mais amplo de saúde: um estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade; ou seja, olhar para o paciente como um todo, com um ser complexo, necessitando, assim, mais do que a simples "cura" de uma doença para estar realmente saudável.

Introdução

Ao longo das últimas décadas, o crescimento rápido e pouco planejado dos centros urbanos, aliado aos avanços tecnológicos e às mudanças estruturais globais, resultaram em novas formas de produção e ocupação territorial, consolidando mudanças nos hábitos da população e criando novos padrões de consumo (AUGUSTO et al, 2003) e com face as condições socioeconômicas que aguçam a carência e a pobreza, torna-se necessário e urgente a implantação de projetos para atender a população excluída (AB'SÁBER, 2001). As comunidades em processo de remoção passam por uma adaptação à nova realidade devido às diferenças encontradas no novo território. Essas mudanças podem ser sentidas de forma abrupta ou progressiva. Entre elas estão o gasto com água, luz, armazenamento do lixo, cuidado com as casas, adaptação ao bairro e vizinhança, assim como a dificuldade em acessar todo a rede social de apoio para esta comunidade. A Vila Dique é uma comunidade que, em parte, está localizada na propriedade da INFRAERO e está sendo removida há aproximadamente dois anos. Neste local será feita a ampliação da pista do aeroporto Salgado

Filho com objetivos imediatos para a Copa. No entanto, essa comunidade já batalha por uma remoção há muitos anos, tendo estado presentes lideranças em todo o processo de discussão.

Aproximadamente 500 famílias foram removidas e após a mudança para as novas casas, a comunidade está tentando se adaptar a nova realidade. As casas entregues já têm defeitos na sua estrutura e a qualidade do material foi questionada pelos moradores.

Os riscos ambientais são responsáveis por cerca de um quarto do total das doenças no mundo. A cada ano, 13 milhões de mortes podem ser evitadas, tornando nosso ambiente mais saudável (OMS, 2010). Muitas denúncias acerca de riscos oferecidos à comunidade já foram feitas pela liderança, como a falta de coleta regular do lixo, bem como de esvaziamento periódico dos esgotos, além da deficiência em segurança e no aparelho social, como escola, creche e unidade de saúde. Dentre os problemas citados pelos moradores, está a falta de privacidade e a falta de respeito à lei do silêncio, o que tem feito os moradores fazerem permuta ou sair da comunidade.

Enquanto ocorre a mudança, o projeto social da empresa que constrói as casas, o qual é formado por assistente social, biólogos e pedagogos, tenta acompanhar as famílias na mudança promovendo atividades educativas e geração de renda através de oficinas. Paralelo a isso, a unidade de saúde faz atendimentos duas vezes na semana na área nova e nos demais dias mantém suas atividades na área em remoção.

A promoção da saúde deve ser entendida como uma estratégia transversal, multi e interdisciplinar, não se limitando a questões relativas à prevenção, tratamento e cura de doenças (Silva e Araújo, 2007 apud SILVA et al, 2010). Seguindo essa lógica, o PET (Programa de Educação para o Trabalho) propõe a integração entre os alunos de diversos cursos da área de saúde visando à realização de uma atividade educativa em uma comunidade. Este grupo – formado por um aluno da fisioterapia, uma aluna da nutrição e dois da medicina, uma preceptora (médica de família) e dois monitores – ficou alocado para a realização da atividade nesta comunidade. A intervenção foi realizada no primeiro semestre de 2011 na Vila Dique, comunidade vulnerável do município de Porto Alegre no Rio Grande do Sul.

Material e Metodologia

Esse trabalho teve como objetivo realizar uma atividade de educação com as crianças em uma comunidade em processo de adaptação à remoção. Assim como abordar temas de relevância que estivessem impactando a qualidade de vida dos moradores.

O grupo reuniu-se semanalmente, às sextas-feiras, em uma Unidade de Saúde Comunitária, ao longo dos últimos 3 meses, avaliando o local original onde parte da população ainda vive e também para onde será transferida nos próximos meses. Levantadas as necessidades, foi debatida a forma com que o grupo poderia contribuir para a comunidade, o que levou ao projeto de intervenção.

No primeiro momento foram feitas visitas ao território com o objetivo de conhecer a realidade da comunidade, conhecer os seus recursos sociais e algumas lideranças. No segundo momento, foi feita uma identificação de demandas a serem possivelmente trabalhadas. Assim, organizou-se uma reunião com uma liderança que participou de todo o processo de remoção e posteriormente com a equipe do projeto social da empresa construtora para delinear a intervenção e fazer parcerias. No terceiro momento, foi feita a preparação da intervenção a partir das demandas identificadas com a presença de todo o grupo.

O público alvo escolhido foram as crianças de 5 a 12 anos, por seu potencial como agentes multiplicadores em seus lares. Outro ponto importante relaciona-se com o fato de apreenderem e interpretarem a realidade à sua maneira, buscando sentido para tudo o que veem, podendo ser conduzidas pelo adulto para que se desenvolvam (PEREIRA et al, 2009). Para alcançá-las escolhemos fazer a intervenção para 25 crianças da creche, 50 crianças na escola pertencentes à área antiga e 30 crianças da área nova que fazem atividade na rua juntamente com o projeto social dos escoteiros do meio ambiente. Foi realizada uma intervenção em cada local, totalizando três intervenções.

Na vida da criança, o brincar é fundamental para que o seu crescimento e desenvolvimento sejam harmônicos (LIMA et al, 2009). Assim, a metodologia adotada foi a utilização de teatro de fantoche juntamente com a presença de um personagem conhecido das crianças. O personagem escolhido foi o Bob Esponja, que foi visitá-las e assistir ao teatro de fantoche. Os temas escolhidos para serem trabalhados foram: economia de água e luz, recolhimento do lixo, cuidado com os animais e a importância do silêncio.

Resultados e Discussões

A reação das crianças diante dos conteúdos trabalhados foi de:

- surpresa, pela proposta de uma peça de teatro e seu conteúdo artístico;
- alegria, pela interação com o personagem;
- curiosidade, pelas perguntas desenvolvidas;



- entendimento, por repetirem as informações básicas que foram transmitidas;
- aceitação, pelo material que foi distribuído para ser colorido, com as dicas do personagem.

Quando questionadas houve a aprovação por unanimidade do método utilizado.

Tal resultado deixa claro a importância do mundo imaginário para as crianças e como esse fato pode ser explorado através de ações educativas, como a realizada com elas, tendo especial papel na conformação do cidadão e na mudança da qualidade de vida e saúde (PEREIRA et al, 2009).

Conclusão

A partir dos resultados obtidos, o grupo concluiu que as mensagens foram transmitidas e bem aceitas pelas crianças, demonstrando que a intervenção foi bem sucedida na interação com a comunidade.

Referências

OMS - Organização Mundial de Saúde (2010)

Disponível em : http://www.who.int/features/factfiles/environmental_health/en/ Acesso em 14 jun. 2011.

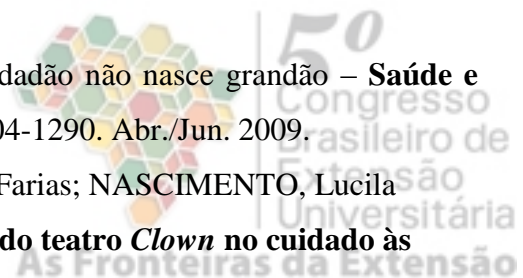
SILVA, M. E. M. L.; BRASIL, C.C.P.; REGIS, A. C. F. Desafio do Núcleo de Atenção Médica Integrada diante da Necessidade de inserção de fonoaudiólogo na rede municipal de Saúde de Fortaleza - **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol.19 no.4, p. 838-851. ISSN 0104-1290 Oct./Dec. 2010.

AB'SABER, AZIZ. Implantação de Minivilas Olímpicas em Bairros da Periferia. **São Paulo Perspectiva**. [online]., São Paulo, vol.15, n.1, p. 85-88. ISSN 0102-8839, Jan/Mar. 2001.

AUGUSTO, L. G. S.; CÂMARA, V. M.; CARNEIRO, F. F.; CÂNCIO J.; GOUVEIA N. Saúde e Ambiente: uma reflexão da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO – **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v.6 n.2, p. 87-94. ISSN 1415-790X Jun. 2003.

PEREIRA, B.; SILVA, K. S. S.; SOUZA, R. P. Um cidadão não nasce grandão – **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol.18 supl.2, p. 93-95. ISSN 0104-1290. Abr./Jun. 2009.

LIMA, Regina Aparecida Garcia de; AZEVEDO, Eliete Farias; NASCIMENTO, Lucila Castanheira e ROCHA, Semiramis Melani Melo. **A arte do teatro Clown no cuidado às**



crianças hospitalizadas. *Rev. esc. enferm. USP* [online]. 2009, vol.43, n.1, pp. 186-193.
ISSN 0080-6234.



PET E CONEXÕES DE SABERES: (IM)PARCIALIDADE, (DES)INFORMAÇÃO, EXPECTATIVAS E PERSPECTIVAS

Direitos Humanos e Justiça

Gabrielle Carolina SILVA

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Adriana Cristina OMENA DOS SANTOS¹; Deisiane Maria Moreira CABRAL; Gabrielle Carolina SILVA;
Valquíria Cristina AMARAL²; Rita de Cássia Melo³; Gisllene Rodrigues FERREIRA; Jéssica Alessandra de
Jesus MARQUES⁴

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar reflexões acerca das relações entre os Programas de Educação Tutorial (PET) na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) após a criação do Ministério da Educação (MEC), no edital PET em 2010, de lotes de PET/Conexões de Saberes, programa com forte viés extensionista e direcionado aos discentes oriundos de comunidades populares urbanas, quilombolas e indígenas. Metodologicamente, teve como base documental os dados e as informações disponibilizadas pelo governo federal e coordenações dos dois programas (PET e Conexões), além de informações junto aos atores envolvidos, sejam eles tutores, petianos ou representantes do InterPET. Constata, com base nos relatos e documentos, que os programas apresentam propostas muito similares e que os resultados e as (des)conexões obtidas, tanto nos trabalhos quanto nas relações entre os grupos, estão diretamente relacionados com o desconhecimento, o estranhamento do outro, a indiferença com as temáticas de políticas públicas de extensão e de inclusão e das propostas de ação afirmativas decorrentes destas.

Palavras-chave: PET, Extensão, Políticas Públicas de inclusão.

Políticas públicas de acesso e permanência: três caminhos, dois programas e uma mesma proposta

A inclusão da filosofia do Programa Conexões de Saberes (PCS), por meio da criação dos grupos PET/Conexões de Saberes, a partir do ano de 2010, refere-se a uma ação afirmativa no ensino superior que busca a permanência com qualidade de alunos oriundos de comunidades populares. Esta proposta se concretiza devido ao recorte socioeconômico na seleção de integrantes dos novos grupos do Programa de Educação Tutorial (PET).

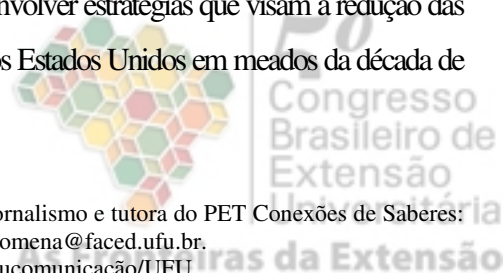
De acordo com Vilhena *et al.* (2010), a iniciativa de desenvolver estratégias que visam a redução das desigualdades sociais decorrentes de exclusões históricas surgiu nos Estados Unidos em meados da década de

¹ Doutora em Comunicação pela ECA/USP, coordenadora do Curso de Jornalismo e tutora do PET Conexões de Saberes: Educomunicação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: omena@faced.ufu.br.

² Discentes do curso de Jornalismo e petianas/bolsistas do PET CNX : Educomunicação/UFU.

³ Discente do curso de Pedagogia e petiana/voluntária do PET CNX : Educomunicação/UFU.

⁴ Discentes do curso de Jornalismo e colaboradoras do PET CNX : Educomunicação/UFU.



30. A partir disso, países asiáticos, latino-americanos, africanos e europeus, viram-se pressionados a criar programas de inclusão, que efetivassem a participação de mulheres, deficientes, negros, etc. Para a autora

as Ações Afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que buscam remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte dos grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos. (PIOSEVAN *apud* VILHENA *et al.*, 2010, p. 316)

Em resumo, a proposta das ações afirmativas é permitir, por meio de políticas públicas de inclusão, que indivíduos de grupos socialmente excluídos possam participar das instâncias sociais enquanto agentes históricos. Trata-se de uma medida temporária na tentativa de amenizar as discrepâncias (sociais, econômicas, ideológicas e históricas) entre os sujeitos de uma comunidade.

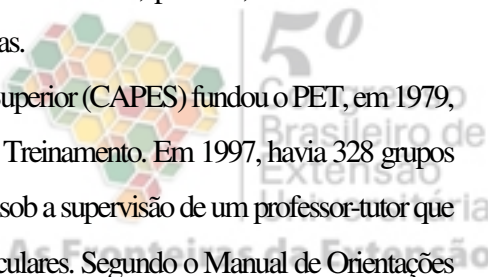
Nesse sentido, para Höfling (2001), no que tange a educação, as ações públicas devem estar articuladas com as demandas da sociedade no intuito de promover a construção de direitos sociais.

Penso que uma administração pública – informada por uma concepção crítica de Estado – que considere sua função atender a sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, deve estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social. (HÖFLING, 2001, p. 08).

Neste contexto, no Brasil, merecem atenção no campo das políticas públicas de inclusão, acesso e permanência, os diferentes programas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) voltados para a Educação e Diversidade Étnico-Racial. Entre eles podemos destacar o Programa Conexões de Saberes (PCS), que em 2010 foi transformado em um Programa de Educação Tutorial e passou a ser gerido pela Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC). Tais iniciativas redirecionam o foco e a intervenção pública no que se refere às questões de democratização do acesso ao ensino superior e objetivam promover a permanência qualificada das camadas populares e advindas do ensino público.

As reflexões acerca das políticas públicas representam uma missão difícil, pois exigem relacionar programas que aparentam particularidades distintas. Sustentados na iniciativa da democratização de ingresso e permanência do Programa Conexões de Saberes, os novos grupos do PET, os grupos PET/Conexões de Saberes, desencadearam desde sua criação debates frequentes sobre a existência ou não de semelhanças entre estas duas propostas de acesso com excelência na universidade. É necessário, portanto, refletir acerca dos objetivos traçados por estes programas, suas similaridades e diferenças.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) fundou o PET, em 1979, e até o ano de 2003, o programa intitulou-se Programa Especial de Treinamento. Em 1997, havia 328 grupos distribuídos em 60 universidades, com a proposta da aprendizagem sob a supervisão de um professor-tutor que auxiliasse os discentes no desenvolvimento de atividades extracurriculares. Segundo o Manual de Orientações



Básicas do PET (2006), transferido da CAPES para a SESu, em 1999, estas atividades visam muito mais do que melhorias na graduação, pois assumem “a responsabilidade de contribuir para sua melhor qualificação como pessoa humana e como membro da sociedade”. (MANUAL, 2006, p. 05)

O programa passou por inúmeras dificuldades, o que impediu a criação de novos grupos. No período conhecido como “década perdida”, o “Ministério da Educação, sob a administração do Prof. Paulo Renato de Souza e do Presidente da CAPES, Prof. Abílio Baeta Neves, iniciaram um sistemático processo de desmantelamento do Programa”. (XAVIER, 2007, s/p.).

Após a crise, surge a proposta de expansão dos grupos PET, evidenciando que a formação cidadã dos petianos coincide com os projetos de inclusão social previstos pelo governo, através da melhor formação dos participantes e das influências diretas e indiretas por eles promovidas na sociedade. É a partir desta crença na educação enquanto ferramenta de reconstrução da realidade social, que o projeto apresentado se apóia para justificar a necessidade de ampliação.

Três anos após a apresentação deste projeto pela Comissão Executiva Nacional do PET (CENAPET), uma nova mudança surge para o programa. A Portaria MEC nº 975 estipulava nas Instituições Federais de Ensino Superior a criação de grupos vinculados à correção de desigualdades sociais. Estes novos PET, voltados para discentes oriundos de comunidades populares, seriam denominados PET/Conexões de Saberes e funcionariam sob a mesma regulamentação dos antigos grupos.

O Programa Conexões de Saberes, no entanto, já estava em andamento desde o ano de 2004, apresentando também uma alternativa para potencialização de talentos na universidade. Criado no âmbito da SECAD/MEC, o programa foca novos protagonistas. Os estudantes de origem popular são, no espaço acadêmico, produtores de conhecimento técnico, científico e cultural e interlocutores deste processo com suas comunidades, agora território de ação pública.

Uma das metas do PCS é, assim como a do PET, a permanência qualificada do discente, só que agora os estudantes de baixa condição socioeconômica tornam-se sujeitos e objetos da tríade da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Os estudantes conexas são pesquisadores/extensionistas que atingirão seus espaços sociais de origem, também vistos pelo programa como detentores de conhecimento bem como o espaço acadêmico. Os discentes participantes do PCS são interlocutores de saberes entre a comunidade e a universidade e líderes sociais. Esta proposta, ao contrário dos projetos de extensão assistencialistas que são oferecidos às comunidades pela academia, é capaz de diagnosticar as reais necessidades sociais existentes e oferecer a formação inclusiva de seus integrantes.

A paradoxal troca de saberes entre os PET e o Conexões: o caso de Uberlândia

De acordo com as informações do MEC, o PET está sustentado em um ideal ainda maior, o de transformar os discentes petianos em profissionais dotados de padrões científicos para que sejam capazes de



atuar no sentido da transformação da realidade nacional. Propõe-se o desenvolvimento da formação acadêmica dos petianos, amparado nas habilidades críticas, cidadãs e de compromisso social.

O Programa Conexões de Saberes é um programa acadêmico de ações afirmativas que visa a manutenção, o acesso e permanência, de estudantes de origem popular na universidade pública. Nas universidades, a iniciativa está vinculada as Pró-reitorias de Extensão ou órgãos semelhantes. Apesar de existir desde 2004, somente em 2009 a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) adotou o programa, desenvolvendo com as comunidades 14 ações com 30 bolsistas das mais diversas áreas.

Em 2010, com o objetivo de ampliar a relação entre a universidade e a comunidade, o item 2.3 do Edital nº 9 PET 2010-MEC/SESu/SECAD possibilita a criação de grupos PET/Conexões de Saberes. Adotando a iniciativa de aprofundar a formação dos jovens oriundos destas comunidades no intuito de estimular a formação de novas lideranças, a UFU apresentou três propostas de trabalho, sendo todas aprovadas pelo MEC.

No mesmo ano, os novos grupos iniciam suas atividades, trabalhando diretamente com a filosofia do PCS. O PET/Conexões de Saberes (PET CNX) Educomunicação apresentou uma proposta interdisciplinar entre os cursos de Comunicação Social-Habilitação em Jornalismo, Pedagogia e Licenciaturas que nasce voltada para as ações afirmativas com o intuito de contribuir para a permanência do aluno de origem popular na universidade.

O objetivo consistiu em contemplar, com êxito, as diretrizes do programa, que indica, dentre outros fatores, uma troca de conhecimentos entre estudantes de cursos distintos. Apesar de propor um considerável momento de formação política e de resposta às deficiências trazidas pelo aluno oriundo de comunidades populares, em relação às demandas do ambiente acadêmico, os experimentos a respeito da consolidação de um PET, com a relação entre Comunicação e Educação, têm se demonstrado enriquecedores.

Os projetos de pesquisa e extensão do PET CNX Educomunicação propõem a troca de saberes entre a sociedade e o espaço acadêmico no que se refere às áreas de Comunicação e Educação, buscando o crescimento e a interação entre estes espaços. As atividades pretendem, ainda, propiciar aos petianos de origem popular, uma formação de nível superior crítica e envolvida com políticas públicas relacionadas às suas áreas de formação, além de promover por meio da Educomunicação, o diálogo e a reflexão crítica sobre diferentes leituras de mundo e implicações subjacentes.

Após o período de ambientação proposto pelo PET CNX Educomunicação, iniciou-se um processo de troca de experiências e conhecimento, realidade que se aprimorou com a realização das atividades previstas. Conforme foi observado nas reuniões do InterPET, o mesmo quadro aparentemente ainda não se concretizou entre os demais grupos PET, vistos como tradicionais na UFU.

O InterPET consiste em um grupo que se reúne periodicamente com representantes de cada grupo PET e objetiva a integração entre estes grupos por meio de conhecimentos partilhados. A proposta é

“compartilhar conhecimentos dos projetos realizados pelos mesmos, além de organizar e executar em conjunto diversas atividades internas, direcionadas tanto à comunidade acadêmica quanto à comunidade externa.”⁵

Inicialmente, a participação dos PET CNX não foi bem vista pelos representantes dos PET tradicionais, pelo fato dos discentes integrarem um grupo novo, apresentando recorte social e racial. A possibilidade de participação dos PET CNX no InterPET foi discutida por meio de uma reunião.

Diferentemente das relações com os PET tradicionais, os três PET CNX da UFU não encontram dificuldades em trabalhar de forma conjunta. Ao lado dos 31 bolsistas e 14 coordenadores do PCS, os atores PET/CNX participam de reuniões e palestras que visam à formação política e outras atividades de trocas de saberes.

É notável que a filosofia do Programa Conexões de Saberes, vista agora no PET/CNX, dá continuidade ao trabalho de valorização da inclusão, das vivências, das leituras críticas de mundo e das diferenças socioculturais trazidas pelos alunos de origem popular. Os petianos conexistas com estas diversas interpretações e representações dos espaços vividos, são capazes de resignificar a sua própria vivência nestes espaços, modificando, social e culturalmente, a comunidade, a universidade e a sociedade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Departamento de Modernização e Programas de Educação Superior. Coordenação Geral de Relações Acadêmicas de Graduação. Programa de Educação Tutorial. **Manual de Orientações Básicas - PET**. Brasília: SESu, 2006.

XAVIER, Bruno Torbio de Lima. **Estudo expansão PET**. Disponível em http://pet.icmc.usp.br/cenapet/portal/ver_noticia/37. Acesso em: abr. 2011.

BRASIL. Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010. Portaria MEC nº 591, de 18 de junho de 2009, com as alterações da Portaria MEC nº 975, de 27 de julho de 2010. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 28 jul. 2010. p. 103-104.

HOLFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Caderno Cedes, Campinas, v.21, n.55, p.30-41, Nov.2001.

VILHENA, Dayse. **Ações Afirmativas na UFPA: algumas considerações**. In: *Ação afirmativa e desigualdade na universidade brasileira*. / organização Jorge Luiz Barbosa, Jailson de Souza e Silva, Ana Inês Sousa – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró-Reitoria de Extensão, 2010.



⁵ Informações obtidas no site do InterPET da Universidade Federal de Uberlândia (<http://www.interpetufu.br>)

PROPOSTA PARA O 50 CBU

Articulação entre Universidade e Comunidade: a experiência dos Programas Conexões de Saberes e PET Conexões

FORMATO: TERTULIA (ATE 3 AUTORES)

COMPOSIÇÃO:

- 1 (um) representante da Coordenação do Programa Conexões de Saberes – Marilis Lemos de Almeida
- 1 (um) representante dos tutores do Programa Pet Conexões – Nair Silveira dos Santos
- 1 (um) representante dos alunos participantes do Conexões de Saberes - Thiago Valle Machado Gonçalves

A UFRGS possui uma longa tradição de participação no Programa de Educação Tutorial e no Programa Conexões de Saberes.

O Programa de Educação Tutorial (PET), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação no âmbito da UFRGS, iniciou suas atividades em 1988 e hoje possui nove grupos em funcionamento nos cursos de Computação, Psicologia, Educação Física, Geografia, Odontologia, Engenharia Civil, Ciências Sociais, Letras e Biologia. Os grupos tutoriais, de natureza coletiva e interdisciplinar, permitem aos alunos vivenciar atividades de pesquisa-ensino-extensão, promovendo a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação, bem como de seus respectivos cursos, funcionando como um centro gerador e difusor de conhecimentos e de novas metodologias.

No ano de 2010 foi lançado nacionalmente, por meio de Edital, um novo formato denominado PET/Conexões de Saberes, que alia as características tradicionais do PET com os objetivos que regem o Programa Conexões de Saberes e voltado para os alunos de origem popular das universidades. Na UFRGS foram aprovados cinco (5) novos grupos: PET Conexões Políticas Públicas de Juventude, PET Participação e Controle Social na Saúde, PET Conexões Cenários de Prática de Estágios Curriculares Noturnos, PET Conexões Farmácia e PET Conexões Interdisciplinar Ciências Humanas. Os grupos são compostos por seis a dozes alunos, orientados por um professor tutor e as atividades são desenvolvidas nas áreas de pesquisa, de ensino e de extensão.

O Programa Conexões de Saberes teve início na UFRGS em setembro de 2005. Seu principal objetivo é incidir nos processos de formação de jovens oriundos de classes populares, fortalecendo-os, tanto em suas trajetórias acadêmicas, como nas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidos em seus

territórios de origem. A edição atual do Programa está estruturado em torno de dois territórios-geográficos e quatro territórios-temáticos. No âmbito temático trabalharemos com quatro grandes eixos, os quais abrigam um conjunto de ações, que serão desenvolvidas na Restinga, no Jardim Universitário. São eles: (a) ações afirmativas para acesso e permanência na Universidade; (b) educação ambiental e saúde; (c) cultura, identidade e patrimônio; (d) cidadania e direitos humanos. No território-geográfico o Projeto será desenvolvido na cidade de Viamão, em um bairro contíguo à Universidade e em um bairro de Porto Alegre. O bairro de Porto Alegre é a Restinga, no qual a Universidade e o Programa Conexões de Saberes já têm um histórico de atuação em anos anteriores. Em Viamão, o bairro é o Jardim Universitário, situado no entorno do Campus do Vale, mas onde a interação com a Universidade é pontual e ainda incipiente. A delimitação de espaços territoriais tem por objetivo tanto ampliar nossas possibilidades de atender às diferentes demandas que surgem nas comunidades ao concentrar esforços, quanto garantir uma presença mais contínua, orgânica e diversificada do ponto de vista das ações realizadas, favorecendo a criação de laços mais intensos com a comunidade. A equipe é formada por nove professores e ou servidores da UFRGS, que atuam como coordenadores dos territórios e orientadores dos alunos. Em comum, ambos os programas funcionam por meio da relação de orientação-tutoria de alunos, promovendo uma ambiente de intensas trocas de experiências, aprendizagem contínua e formação em ensino-pesquisa-extensão, garantindo aos alunos participantes oportunidade de construir trajetórias acadêmicas exitosas e de atuarem como protagonistas da transformação da própria universidade.

Esta proposta de Tertúlia tem por objetivo discutir a experiência de ambos os Programas de articulação entre Universidade e Comunidade, apresentando as atividades desenvolvidas, que incluem oficinas, debates, formação científica, atividades comunitárias entre outras, envolvendo cerca de oitenta alunos, dez professores e técnicos da UFRGS.

